

Congresso

contestará

os acordos

1.º JUL 1985

CORREIO BRAZILEIRO

O Congresso não vai ficar de braços cruzados durante as negociações do Governo com o Fundo Monetário Internacional e os bancos credores. Ele agirá basicamente para influir na negociação com o Fundo e contestar os acordos internacionais realizados com os bancos. O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, irá, na primeira quinzena de agosto, expor o teor de todas as negociações externas na Comissão de Relações Externas da Câmara dos Deputados.

A convocação foi feita pelo deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) e o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Francisco Benjamim (PFL-BA), reuniu-se na última semana com Dornelles para marcar a data, o que não foi feito. Porém, ficou acertada a presença do ministro.

Na Fazenda, os assessores de Dornelles consideram que a presença do ministro na Câmara, para fazer relato completo das negociações implementadas pelo Governo Figueiredo, levantará polémicas e criará resistências previsíveis à implementação de novos acordos dentro de bases semelhantes às registradas até agora.

O desejo dos parlamentares é anular os antigos acordos. Para o deputado Osvaldo Lima Filho, os acordos tanto com o FMI como com os bancos violam o artigo 44, inciso I, da Constituição. As novas exigências que o Governo pretende fazer aos credores, como a recusa ao monitoramento do FMI sobre a economia até o ano 2.000 e o questionamento do tribunal de Nova Iorque como sede para discussão de possíveis impasses na negociação, correspondem, segundo assessor ministerial, a atitudes prévias para evitar resistências do Congresso às negociações.

OUTRAS DIFICULDADES

Duas outras dificuldades esperam o ministro da Fazenda no Congresso, no segundo semestre. A primeira refere-se à discussão da reforma tributária e a segunda ao aumento dos salários dos vereadores. Ambas lançam sérios riscos sobre o controle do déficit público.

O receio da Fazenda, em relação à reforma tributária, é quanto à possibilidade de aprovação da proposta do deputado Airton Sandoval, que aumentará substancialmente os recursos destinados aos Estados e Municípios. Segundo a Fazenda, aprovada a proposta, será necessário transferir Cr\$ 30 trilhões aos Estados e Municípios. Mas a Secretaria de Planejamento prevê transferência de Cr\$ 18 trilhões. A Seplan trabalha numa proposta de emergência que prevê transferências de aproximadamente Cr\$ 5 trilhões, compatíveis com as possibilidades de caixa do Tesouro. Entretanto, como o ano é eleitoral, é imprevisível o desdobramento do assunto a nível parlamentar, mesmo porque os governadores, para apoiar o endurecimento nas negociações com o FMI, estão exigindo em contrapartida uma reforma tributária.

Outra dificuldade adicional para o Governo é que nas contas que apresentará ao FMI esta semana prevê-se a manutenção de um fluxo de caixa em torno de Cr\$ 13 trilhões, considerado altíssimo, justamente porque cogita-se de segurar algumas transferências de recursos aos Estados e Municípios. O assunto deverá esquentar no Congresso.